

# Consequências do Bolsa Família fora do teto por mais de um ano

Alexandre Manoel

Adhemar Ranciaro Neto

Lucas Barbosa

## Política Fiscal/ Orçamento

**Retirar o Bolsa Família do teto de gastos para além de 2023 irá desancorar as contas públicas independente da regra fiscal vigente. Excluir o benefício por um ano e discutir a próxima âncora é a estratégia ótima no momento.**

A pandemia da Covid-19 levou o Brasil a realizar políticas monetária e fiscal expansionistas, sem precedentes, culminando em forte processo inflacionário. Os mais pobres foram os mais afetados, dado que a alta de preços se concentrou na cesta de alimentação e energia, principalmente depois do conflito na Ucrânia.

Essa experiência levou o Brasil, assim como dezenas de países ao redor do mundo, a abrir exceções em suas regras fiscais para aliviar tais impactos sobre o bem-estar da população. Logo, há uma oportunidade de se rediscutir o arcabouço fiscal, o que deveria ter sido feito pelo atual governo ainda em 2020, dada a necessidade de maior nível de gastos advinda da pandemia.

Estabelecer uma regra fiscal crível que acomode as necessidades e mostre que a dívida pública é sustentável, explicitando uma forma crível de financiamento da expansão de gastos proposta, é condição básica para estabilidade e previsibilidade. Com isso, abriremos espaço para praticarmos taxas reais de juros menores e a viabilização de vários projetos de investimento, que gerarão mais empregos e renda para população.

Nesse sentido, o objetivo desta nota é mostrar que retirar o programa social do teto dos gastos públicos por quatro anos ou indefinidamente torna a discussão da regra fiscal inócua e tornará o governo do presidente Lula desancorado fiscalmente. Se o presidente Lula quiser um governo com estabilidade e previsibilidade, deverá discutir a expansão do Bolsa Família num contexto de discussão da nova regra fiscal e estabelecer tal retirada do teto por apenas um ano.

A fim de mostrarmos matematicamente a afirmação acima, definamos inicialmente o resultado primário (RPt) no conceito caixa:

$$RP_t = R_t - D_t - DAB \quad (1)$$

, em que  $R_t$  é a receita primária no período t;  $D_t$  é o conjunto das demais despesas primárias do ano t e  $DAB_t$  são as despesas que, para o ano t, representam o Auxílio Brasil, o qual daqui em diante chamaremos Bolsa Família.

Neste caso, a dinâmica da dívida pública é dada por:

$$B_t = -RP_t + (1 + i_{t-1})B_{t-1} = -R_t + D_t + DAB_t + (1 + i_{t-1})B_{t-1} \quad (2)$$

, em que  $B_t$  é o estoque da dívida no ano t e  $i_{t-1}$  é a taxa nominal de juros no período t-1.

Vamos chamar  $R_t - D_t$  de resultado primário excluindo despesas do Bolsa Família:  $RPAB_t$ .

Logo, considerando as variáveis em termos reais, temos:

$$\frac{B_t}{P_t} = -\frac{RPAB_t}{P_t} + \frac{DAB_t}{P_t} + \frac{(1 + i_{t-1})B_{t-1}P_{t-1}}{P_t P_{t-1}} \quad (3)$$

Utilizando letras minúsculas para representar as variáveis reais, temos:

$$b_t = -rpab_t + dab_t + (1 + r_t)b_{t-1} \quad (4)$$

Ao resolvermos a equação (4) de forma recursiva, temos:

$$b_t + \sum_{j=0}^{\infty} \frac{dab_{t+j}}{(1 + r_{t+j})^{j+1}} = \sum_{j=0}^{\infty} \frac{rpab_{t+j}}{(1 + r_{t+j})^{j+1}} + \lim_{j \rightarrow \infty} \frac{b_{t+j+1}}{(1 + r_{t+j})^{j+1}} \quad (5)$$

, em que  $r_t$  é a taxa real de juros no instante t. Vamos imaginar que tal taxa seja estacionária ao longo do tempo (sofre pequenas variações em torno de uma média).

Por conseguinte, se o fluxo de valores presentes das despesas com o Bolsa Família crescer em taxas superiores aos fluxos de “resultados primários excluídos das despesas do Bolsa Família”, a dívida se tornará explosiva (insustentável).

Ora, esse cenário de taxas maiores de crescimento do Bolsa Família em relação ao resultado primário foi costumeiramente observado na execução financeira do governo federal. A título de ilustração, temos que, historicamente, até 2019, o Bolsa Família teve crescimento real médio (acima da inflação) de 4,8% ao ano, ao passo que o resultado primário ( $rpab$ ) apresentou forte oscilação ao longo do tempo, explicitando, inclusive, episódios de valores negativos no período 2014 a 2020.

Deste modo, com base no histórico recente, inclusive de governos não petistas, pode-se considerar que a parcela  $\sum_{j=0}^{\infty} \frac{dab_{t+j}}{(1+r_{t+j})^{j+1}}$  tende a crescer constantemente e a parcela

$\sum_{j=0}^{\infty} \frac{r p a b_{t+j}}{(1+r_{t+j})^{j+1}}$  possui direção incerta, tendendo ao não crescimento, apesar da implementação do teto de gastos. Com isso, a parcela  $\lim_{j \rightarrow \infty} \frac{b_{t+j+1}}{(1+r_{t+j})^{j+1}}$  irá assumir valores crescentes à medida que o tempo avança, tornando a dívida insustentável ao longo do tempo.

Por conseguinte, nesta discussão da PEC de transição, o mais importante é garantir que o programa social seja retirado do teto dos gastos públicos por apenas um ano.

Se retirar o Bolsa Família durante todo o mandato do presidente eleito Lula, este terá um governo desancorado fiscalmente, pois a regra fiscal (qualquer que seja ela) não conseguirá garantir a sustentabilidade da dívida pública.

É urgente negociar a expansão de gastos no contexto da discussão e da implementação da nova regra fiscal. Retirar o Bolsa Família do teto (ou de qualquer amarra fiscal) por quatro anos pode até ser conveniente politicamente e contabilmente, mas inviabiliza o governo economicamente, dada a instabilidade e ausência de previsibilidade para os investidores e para aqueles que financiam a dívida pública, que passariam a exigir taxas reais de juros ainda maiores.

***As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor, não refletindo necessariamente a opinião institucional da FGV.***